

AÇÃO COMUNICATIVA: UMA NOVA FORMA DE AÇÃO NAS COOPERATIVAS

JÉSSICA DE CARVALHO MACHADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

ELAINE SANTOS TEIXEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

ADRIANO OLIVEIRA CRUZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

JOSÉ ROBERTO PEREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à órgão de fomento:

CAPES.

ACÇÃO COMUNICATIVA: UMA NOVA FORMA DE ACÇÃO NAS COOPERATIVAS

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo existe há quase dois séculos e configura-se como uma filosofia do homem na sociedade em que vive, um pensamento que tende a construir uma nova maneira de desenvolver a economia, com base no trabalho e não apenas no lucro, na ajuda mútua e não na concorrência, nos valores e necessidades humanas e não na concentração utilitária do dinheiro, e na exploração do trabalho de homens e mulheres (BÜTTENBENDER et al., 2010).

A concepção de cooperativas tornou-se mais organizada e sistematizada a partir dos pensadores do socialismo utópico. De acordo com Zwick (2011), a partir das ideias dos mesmos, desenvolveu-se uma sustentação teórica para a gestão de cooperativas em que se busca não apenas fins práticos e instrumentais, mas também um paradigma próprio para os diferentes tipos de cooperativas.

Em relação à tradição da abordagem dos socialistas utópicos, Zwick (2011) as revela fundamentais, por apresentar um contraste com a finalidade das cooperativas, que na maioria das vezes são reduzidas a meio de resolução de problemas econômicos, voltadas a uma lógica de pensamento próprio do capitalismo. Com isso as cooperativas costumam incidir em uma abordagem instrumental. Por esse motivo, optou-se por trazer nesse estudo uma nova possibilidade de ação nas cooperativas, sendo a racionalidade comunicativa instituída por Jürgen Habermas.

Desde os Pioneiros de Rochdale – primeira cooperativa criada e que institui os princípios cooperativistas, busca-se uma relação democrática de produção e consumo, transparência nas ações e a importância da associação. Com base nessa afirmação, Mladenatz (2003) demonstra que a solução do problema social baseava-se no método da associação econômica, em que deveria substituir a competição pela cooperação.

Os princípios cooperativistas sofreram mudanças ao longo dos anos e atualmente configuram-se em sete: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação e formação; intercooperação e preocupação com a comunidade. Por meio desses princípios e com o estudo advindo da teoria da ação comunicativa, propõe-se nesse estudo, a ação comunicativa como referência nas cooperativas.

Vizeu (2005) aborda que, em estudos organizacionais, é necessário o desenvolvimento de pesquisas que possibilitem referências epistemológicas alternativas à positivista, dessa forma, a Teoria da Ação Comunicativa se apresenta como uma forma de analisar as organizações de forma alternativa à abordagem funcionalista. Dessa forma, abordar a racionalidade comunicativa em estudos organizacionais permite uma análise muito relevante, pois possibilita um tratamento coerente dos fenômenos sociais, demonstrando a importância de se abordar a racionalidade comunicativa em organizações, como nesse caso, em cooperativas.

Nesse sentido, Singer (2002) afirma que o cooperativismo é direcionado por princípios que o diferenciam das demais organizações empresariais. A cooperativa de Rochdale, em 1844, apresentou de início, os princípios que continham os valores fundamentais que embasaram a criação da organização cooperativa. Para o autor, o bom êxito observado na cooperativa de Rochdale proporcionou um avanço muito significativo para o cooperativismo no mundo todo, demonstrando um aumento considerável no número de associados.

Sendo assim, a Teoria da Ação Comunicativa trazida por Habermas (2012) se torna relevante no cenário atual desse estudo, uma vez que constitui uma resposta à crise do modelo democrático justamente pelo fato de demonstrar e institucionalizar os processos dialógicos por meio de consensos democráticos em que se torna possível opinar

e informar as demandas da sociedade e grupos, seja em níveis locais e também em debates públicos.

Dessa maneira, a perspectiva da ação comunicativa de Habermas proporciona uma discussão acerca da importância do diálogo e do entendimento mútuo pelos indivíduos, que aqui nesse estudo confere-se com os princípios que são presumidos pela economia solidária, pois acredita-se que esses só são possíveis quando os associados e participantes, juntos, entendam que são capazes de tomar decisões e contribuir para uma gestão democrática dos empreendimentos, fundamentados em uma racionalidade comunicativa.

Para que se torne possível compreender a racionalidade comunicativa nas organizações cooperativas, esse estudo possui como proposta identificar: Como a ação comunicativa de Jürgen Habermas (2012) pode se tornar a forma de agir nas cooperativas de acordo com os princípios cooperativistas? Sendo assim, busca-se realizar uma investigação acerca de como os pressupostos da teoria do Habermas se relacionam com os princípios cooperativistas, e como, a partir disso, pode-se instituir a racionalidade comunicativa como uma nova forma de agir nas cooperativas.

Sendo assim, esse trabalho está organizado de forma que seja possível compreender a gestão das cooperativas, a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, os princípios cooperativistas, para então, por meio de uma pesquisa bibliográfica e de uma metassíntese, desenvolver a relação existente entre ação comunicativa e princípios cooperativistas e, então, trazê-la como uma nova forma de agir nas cooperativas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão de Cooperativas

Atualmente, o cooperativismo está presente em todo mundo e faz parte de diferentes tipos de economia e de sociedade, contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Conforme Drumond (2010), as cooperativas se desenvolvem por meio da união de pessoas com objetivos comuns, que fixam entre si um acordo de colaboração recíproca. Assim, o cooperativismo é focado na união de pessoas e não no capital, e leva em consideração as demandas do grupo como um todo e não as demandas do lucro e o benefício individual (OCB, 2008).

Pacheco et. al (2008) afirma que os valores do cooperativismo no mundo, se fundam a partir da solidariedade, igualdade, democracia, equidade e auto-responsabilidade, sendo esses, os padrões de conduta dos associados e das decisões a serem tomadas na organização. Dessa forma, tendo em vista a importância dos princípios cooperativistas para a organização da cooperativa e, conseqüentemente, para a gestão, Drumond (2010) afirma que estes guiam o comportamento dos cooperados e a rotina dos mesmos, e que a partir disso, os princípios tornam-se realidade na cooperativa e passam a desempenhar papel relevante de demonstrar ao gestor e seus cooperados, o que é importante na organização, o que deve ser priorizado e considerado para a tomada de decisão.

Os princípios cooperativistas sofreram mudanças ao longo dos anos e atualmente configuram-se em sete: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação e formação; intercooperação e preocupação com a comunidade. Dentre os princípios acima relatados, um deles merece atenção nesse trabalho, a saber: “princípio de gestão democrática”. Cançado e Gontijo (2004) tratam das especificidades desse princípio, ao afirmar:

O princípio da Gestão Democrática trata da participação e gestão destas organizações. Os associados devem participar ativamente, reunidos em assembleia, onde irão discutir e votar as políticas, objetivos e metas de trabalho. Nas assembleias, os cooperados devem, também, eleger e serem eleitos como representantes que irão administrar a sociedade,

cada pessoa tendo direito a um voto independente da quantidade de quotas-partes integralizadas (CANÇADO; GONTIJO, 2004, p. 8).

Desse modo, o associado deve participar dos processos de tomada de decisão por meio de assembleias, de eleição de seus dirigentes ou na definição de metas de atuação da cooperativa. Assim, esse princípio não se baseia apenas na atribuição de poder de voto a cada membro, independente do capital que este possui, mas, principalmente, por meio do envolvimento do cooperado nas atividades e decisões da cooperativa (DRUMOND, 2010).

De acordo com Cançado e Gontijo (2004), o princípio da “gestão democrática” está presente nas cooperativas desde seu início, e até os dias atuais. Sendo assim, a participação dos associados na tomada de decisão é a essência da gestão de cooperativas, assim como a autogestão era a forma de gestão presente nos princípios cooperativistas. Cançado (2004) a conceitua como: [...] autogestão é um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre concepção e execução e os meios de produção são coletivos, sendo caracterizado como um processo de educação em constante construção na organização (CANÇADO, 2004, p. 58).

Dada essa importância da participação dos cooperados, Sapovicis e Souza (2004) ressaltam que autogestão é tida pelos associados como a administração da empresa, por eles mesmos, e como uma forma democrática de tomar as decisões nas assembleias. Dessa maneira, o associado tem uma função social e política, uma vez que compartilha, além do capital intermediado, as deliberações das decisões, tornando a participação um fator essencial para a sobrevivência e exigência da cooperativa (SAPOVICIS; SOUZA, 2004).

Com base nos princípios cooperativistas, o tipo de gestão que mais se aproximava das cooperativas era a autogestão. Mas vale ressaltar o trabalho desenvolvido por Zwick (2011), que apresentou em sua dissertação, um trabalho importante referente à gestão de cooperativas. Com base em seu estudo, a autora aborda três dimensões estruturais que Paes de Paula (2005) elenca como fundamentais para a construção da gestão pública democrática, e as utiliza para a gestão de cooperativas. As dimensões são: econômico-financeira, institucional-administrativa e sociopolítica. De acordo com Paes de Paula (2005), a dimensão econômico-financeira configura-se no âmbito das finanças e investimentos, em que questões de natureza tributária, monetária e fiscal são discutidas; a dimensão institucional-administrativa aborda problemas da organização, como planejamento, profissionalização das funções e direção e controle; e a terceira dimensão refere-se a direitos, participações e questões pertencentes ao processo decisório da organização.

A autora conclui que mesmo que a gestão de cooperativas apresente um tipo específico de gestão, essas organizações carregam peculiaridades presentes em diversos modelos, tanto das empresas mercantis quanto das públicas. Mesmo que essas três dimensões sejam importantes para o desenvolvimento de uma organização, o paradigma de gestão aceito pelos associados poderá fazer com que uma delas ganhe certa notoriedade, e com isso, quando uma cooperativa apresenta como dimensão dominante a econômico-financeira, esta apresenta um enfoque de heterogestão (racionalidade instrumental). Já a dimensão institucional-administrativa está relacionada ao modelo de autogestão, que busca a participação de todos os cooperados no processo decisório e a dimensão sociopolítica possui maior aproximação com a gestão social (ZWICK, 2011).

Guerra (2008) também corrobora com estudos da gestão de cooperativas ao apresentar os três modelos de gestão: a heterogestão, a gestão social e a autogestão – conceitos que foram tratados anteriormente. O conceito de cada um deles torna-se relevante para entender e configurar as especificidades dos tipos de gestão praticados no cooperativismo.

A heterogestão é caracterizada pela hierarquia em que ocorre uma distinção entre dirigentes e dirigidos, ou seja, uma separação entre o dono dos meios de produção e quem

vende sua força de trabalho, e isso acaba trazendo uma alienação e exploração do trabalhador (GUERRA, 2008; ZWICK, 2011).

De acordo com Guerra (2008), esse modelo de gestão permite o estabelecimento de relações de poder, tendo em vista que a heterogestão baseia-se na relação dominantedominado. Nesse sentido, a racionalidade instrumental constitui a base para as ações da heterogestão, uma vez que, de acordo com Tenório (2004), na racionalidade instrumental predominam as ações que visam os fins e, com isso, instrumentaliza a ação social dentro das organizações de modo mecanicista ou funcionalista.

Por outro lado, a gestão social, de acordo com Cançado, Pereira e Tenório (2013) é conceituada como:[...] a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, a transparência como pressuposto e a emancipação na condição de fim último (CANÇADO, PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 132).

Sales (2010) apresenta o novo líder/gestor da cooperativa como uma figura muito importante no bom êxito da organização, pois, diante da globalização das atividades econômicas é necessário alcançar eficácia nos processos administrativos, e isso reflete também nas cooperativas, e talvez se torne a mais relevante, pois esta possui características de governança diferentes das empresas privadas, possui princípios de democracia e, além de tudo, ainda conta com uma falta de qualificação de seus dirigentes.

Sendo assim, a finalidade da gestão social e da gestão de cooperativas é considerada mais universal ao ser utilizada por atores sociais que conhecem melhor suas demandas e anseios, de forma a dividir as sobras ou realizar a reciprocidade. Zwick (2011) considera que a racionalidade comunicativa deveria ser a racionalidade predominante na gestão de cooperativas, por ter como meta a emancipação dos indivíduos, o que será verificado com base nos resultados da pesquisa bibliográfica sobre esse tema.

2.2 Princípios cooperativistas

Diversos autores contribuíram para o surgimento do cooperativismo, sendo Robert Owen e William King, Michel Derrion, Philippe Buchez, Louis Blanc, Joseph Proudhon e Charles Fourier (CASTANHEIRA, 2008). Dentre esses, ressalta-se Robert Owen (1771-1858), um dos principais precursores do cooperativismo e sua influência teve início quando se tornou dirigente de uma fábrica e com isso, passou a se importar com o bem-estar do trabalhador com a redução das horas de trabalho e com preços justos. Além disso, defendeu a união das classes trabalhadores em nível nacional e internacional e acreditava que deveria existir uma nova construção de um mundo por meio de colônias e cooperativas (SCHNEIDER, 1999; MAURER JR., 1966).

A Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale pode ser considerada como a primeira cooperativa, criada em 1844 em Manchester – Inglaterra. Era uma cooperativa de consumo, formada por 28 cooperados (vinte e sete homens e uma mulher), alguns desses já haviam participado de outras organizações pré-cooperadas e outros também participavam de movimentos em busca de melhoria das condições de trabalho, proporcionando assim, um amadurecimento das ideias do cooperativismo (CANÇADO, 2005; SCHNEIDER, 1999).

De acordo com Drumond (2010), as cooperativas são fundamentadas em um modelo teórico de princípios e por esse fato, esse tipo de organização opera com uma lógica diferente das demais organizações. Dessa forma, os membros da cooperativa de Rochdale criaram as suas próprias regras de conduta e as sistematizaram em um estatuto que abordava os princípios e os valores considerados importantes para o grupo que fazia parte da cooperativa. Sendo assim, o objetivo dos fundadores era muito mais que alimentos a preços justos, mas se preocupavam também com a educação, a participação social dos membros e conseqüentemente, a melhoria da condição de vida destes (DRUMOND, 2010).

Diante disso, a cooperativa, por meio de seu estatuto, instituiu os primeiros princípios cooperativistas que passaram a embasar todas as cooperativas. A *International Cooperativa Alliance* é a organização responsável pelo desenvolvimento e formulação dos princípios cooperativistas, fundada em 1895, por iniciativa de líderes cooperativistas ingleses, franceses e alemães, com o intuito de se tornar um órgão representativo mundial, que realizasse de forma eficaz a interação entre as cooperativas de todos os países, abordando a doutrina, educação e a técnica (SALES, 2010).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi criada em meio a um debate sobre duas correntes que buscavam a mudança nas sociedades, mas se divergiam em relação a essas mudanças. A primeira, influenciada pelo cooperativismo de produção e agrícola, a mudança ocorreria por meio disso e pela extinção do trabalho assalariado, incluindo o indivíduo nos excedentes, já a segunda corrente foi embasada pelas cooperativas de consumo e defendiam o trabalho assalariado e não traziam a participação dos indivíduos nos excedentes (SANTOS, 2001). Assim, segundo Cançado e Vieira (2013), a primeira defendia a autogestão e a segunda a heterogestão. Mas com o passar dos tempos e com o desenvolvimento de novas cooperativas, a primeira corrente tornou-se hegemônica, permanecendo até os dias de hoje.

Porém, segundo Monteiro et al. (2010), o século XX passou por inúmeras mudanças e transformações que impactaram diretamente nas cooperativas e com isso, observou-se a necessidade de rever os princípios cooperativistas. Dessa forma, desde o estatuto de Rochdale até o Congresso da *International Co-operative Alliance* do ano de 1995, a *International Cooperative Alliance* – ICA aprovou as mudanças cooperativistas propostas no Quadro 1. Todavia, a evolução dos princípios cooperativistas ocorreu no sentido de atualizá-los de acordo com as novas realidades apresentadas, sem perder a sua identidade inicial proposta pela cooperativa de Rochdale (MONTEIRO et al., 2010). Cançado, Junior e Rigo (2010, p. 5) também corroboram ao afirmarem que estes princípios passaram a incorporar “apenas um caráter contemporâneo mantendo a essência das normas de conduta originais orientadoras das ações coletivas dos Pioneiros de Rochdale e os pressupostos do cooperativismo”. Essas modificações podem ser observadas no Quadro 1:

| EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS | | | |
|--|---|--|--|
| Estatuto de 1844 (Rochdale) | Congressos da International Co-operative Alliance | | |
| | 1937 (Paris)* | 1966 (Viena) | 1995 (Manchester) |
| 1. Adesão Livre 2. Gestão Democrática 3. Retorno Pro Rata das Operações 4. Juro Limitado ao Capital investido 5. Vendas a Dinheiro 6. Educação dos Membros 7. Cooperativização Global. | a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros 1. Adesão aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno Pro-rata das Operações 4. Juros Limitados ao Capital b) Métodos Essenciais de Ação e Organização 5. Compras e Vendas à Vista 6. Promoção da Educação 7. Neutralidade Política e Religiosa. | 1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social) 2. Gestão Democrática 3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro-rata das operações 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social 5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional. | 1. Adesão Voluntária e Livre 2. Gestão Democrática 3. Participação Econômica dos Sócios 4. Autonomia e Independência 5. Educação, Formação e Informação 6. Intercoperação 7. Preocupação com a Comunidade. |

Quadro 1: Evolução dos princípios cooperativistas

Fonte: Adaptado de Pereira e Braga (2003, p.11) e Cançado e Gontijo (2009).

Nascimento (2003) conclui, portanto, que o cooperativismo surgiu então como um modelo de inserção econômica que teve como objetivo centralizar o trabalhador, sendo

uma alternativa de trabalho evidenciada por uma racionalidade flexível e adaptável aos princípios da democracia e solidariedade.

Segundo Pinheiro e Silva (2010), com essa história evolução, o cooperativismo conquistou um espaço próprio e definiu uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social, justamente pelo fato de incitar a união das pessoas por meio da ajuda mútua e por assumir uma forma democrática, igualitária e social. Com base nisso e nos princípios cooperativistas, a racionalidade que se pode considerar a mais adequada também pode ser utilizada para analisar a gestão de cooperativas é a racionalidade comunicativa proposta por Habermas, pois esta se dá por meio do diálogo entre os atores sociais, mediada pela linguagem, em que as ações comunicativas proporcionam um consenso racional motivado, mediado por meio da fala cujos interlocutores se tornam participantes (HABERMAS, 2012).

2.3 Teoria da Ação Comunicativa

Jürgen Habermas, por meio do seu livro “Teoria do Agir Comunicativo” (2012) traz grandes contribuições para a compreensão dos processos comunicativos e para direcionar as novas ações nas cooperativas. Habermas, ao desenvolver a obra teve como propósito apresentar uma nova teoria crítica da sociedade, com o objetivo de entender a sociedade contemporânea e abordar os seguintes pontos centrais: o conceito de racionalidade comunicativa, o contraponto entre agir instrumental e agir comunicativo, o desenvolvimento de uma nova teoria da ordem social tendo como foco o agir comunicativo, e o contraponto entre mundo da vida e os sistemas.

O autor afirma (2012, p. 386):

Eu gostaria de sustentar que o programa de teoria crítica anterior fracassou não por causa desta ou daquela circunstância contingente, mas devido a uma exaustão do paradigma da filosofia da consciência. Argumentarei que a mudança de paradigma para a teoria da ação comunicativa torna possível voltarmos ao projeto que foi interrompido com a crítica da razão instrumental; e isso nos permitirá retomar as tarefas até então negligenciadas pela teoria crítica da sociedade.

Como apresentado acima, Habermas (1987) apresenta um contraponto entre agir instrumental e agir comunicativo, demonstrando a importância do segundo para as interações entre os sujeitos. Assim sendo, Habermas (2012, p. 35) informa que “quando partimos do uso não comunicativo do saber proposicional em ações orientadoras por um fim, tomamos uma decisão prévia em favor do conceito de racionalidade cognitivo-instrumental”. Entendendo essa posição do autor, Andrews (2011) informa que o mesmo rejeita todo individualismo típico do pensamento liberal, o que contribui mais ainda para a perspectiva de que a ação comunicativa pode ser utilizada para fortalecer as decisões e ações nas cooperativas.

Assim, conforme ressalta Pinzani (2009), o autor diferencia em seu estudo três tipos de racionalização, sendo a técnica, a econômica e a social, sendo que essa última aborda a organização do trabalho e um aumento das prestações da força-trabalho. Adiante, Habermas ressalta que as duas outras racionalidades – técnica e econômica – tendem a impor-se sob o mundo social seus imperativos, visão essa que mais tarde ele apresenta em relação ao mundo do trabalho e mundo da vida.

Na visão de Habermas (2012), desde seus estudos iniciais, as racionalidades técnica e econômica podem conduzir a opressão de outras formas de racionalidade, o que tende a provocar problemas sociais. Sendo assim, para que ocorra soluções para esses problemas deve-se afastar desses tipos de racionalidades para que finalmente seja possível progredir no sentido de emancipação da racionalidade social que sempre esteve presente na sociedade (PINZANI, 2009). Na Teoria do Agir Comunicativo, Habermas (2012) apresenta essa discussão por meio da racionalidade comunicativa (racionalidade social) e racionalidade instrumental (técnica e econômica).

Habermas (2012) ressalta que em locais onde são formados núcleos temáticos e uma argumentação mais coerente, os interesses desses se reportam às condições formais da racionalidade do conhecer, do entendimento verbal e mútuo e do agir, segundo o autor, tanto no plano cotidiano, nas experiências ou nos discursos instituídos. Assim sendo, Habermas conclui que a partir disso, a teoria da argumentação ganha espaço, uma vez que por meio dela é capaz de reestruturar os pressupostos de um comportamento racional. Dessa forma, a racionalidade deve ser vista como o procedimento em que o conhecimento é testado, ou seja, o processo em que o sujeito adquire e usa o conhecimento.

Habermas (2012, p. 61) conceitua a argumentação da seguinte maneira: “[...] prosseguimento reflexivamente direcionado do agir que se orienta por outros meios ao entendimento”. Nesse sentido, o autor apresenta a argumentação como o tipo de discurso em que indivíduos apresentam suas pretensões de validade e procuram, a partir disso, resolvê-las e/ou criticá-las com argumentos. E o autor ressalta que a força dessa argumentação é referente à possibilidade desta convencer, motivar ou não os participantes do discurso.

Habermas (2012) apresenta o conceito de agir comunicativo e que necessita-se de um elemento extremamente importante, o meio linguístico.

O conceito de agir comunicativo, por fim, refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal (seja com meios verbais ou extraverbais). Os atores buscam um entendimento sobre a situação da ação para, de maneira concordante, coordenar seus planos de ação e, com isso, suas ações. O conceito central de interpretação refere-se em primeira linha à negociação de definições situacionais passíveis de consenso. Nesse modelo de ação a linguagem assume, como veremos, uma posição proeminente (HABERMAS, 2012, p. 166).

Segundo Pinto (1994), o conceito de razão comunicativa de Habermas presume uma diferenciação entre três mundos, em que se torna possível assumir que as interpretações se modificam de acordo com a realidade social e natural e as crenças e valores se modificam com base em relação ao mundo objetivo e social.

Nesse sentido, as pretensões de validade podem ser criticadas com base na visão dos três mundos, observadas da seguinte maneira: 1) veracidade da afirmação, em que a pretensão refere-se ao mundo objetivo, visto como a totalidade dos fatos que pode ser verificado; 2) correção normativa, sendo a pretensão voltada a um mundo social dos participantes, compreendido como a totalidade das relações interpessoais que são reguladas; e 3) autenticidade e sinceridade, em que a pretensão destina-se a um mundo subjetivo, visto como a totalidade das experiências do falante, que o mesmo possui acesso privilegiado (PINTO, 1994). Habermas (2012) informa que são os próprios atores que procuram o consenso de acordo com a verdade, a correção e a veracidade, assim Andrews (2011, p. 39) corrobora com essa ideia afirmando que para Habermas, “a ação comunicativa exige o pressuposto do entendimento mútuo e a crítica a reivindicações da validade”.

Habermas (2012), em seu livro, apresenta o consenso como um pressuposto filosófico necessário para abordar sua teoria na proposta da racionalidade comunicativa (ANDREWS, 2011). Assim, Habermas (2012) aborda o consenso intersubjetivo como um pressuposto do discurso e não a sua meta, ou seja, para o autor o importante é que ocorra o entendimento mútuo, que só se torna possível quando os interlocutores assumem a possibilidade de um consenso.

Dessa forma, para que ocorra o entendimento mútuo, é necessário que os atores participantes estejam em uma situação ideal de discurso, tendo a igual liberdade de expressão, deixando de lado toda e qualquer forma de poder para coagir os outros participantes a tomarem uma decisão com base em objetivos individuais (HABERMAS, 2012; COHN, 1993).

Com o propósito de buscar esse entendimento, alguns pressupostos da abordagem de Habermas são importantes, conforme evidenciado por Rodrigues (2014): a) inteligibilidade, que refere-se ao fato do falante se expressar de forma que o discurso seja compreendido pelo ouvinte; b) verdade, uma vez que a comunicação deve ser realizada de forma que o conteúdo proposital seja verdadeiro; c) veracidade (sinceridade), onde a intenção do que o falante diz seja acordado com em um entendimento sincero; d) retidão (correção), cujo melhor argumento deve ser reconhecido socialmente como válido.

Ainda com base no entendimento, Habermas (2012) compreende que,

O entendimento só funciona como mecanismo de coordenação da ação à medida que os participantes da interação se põem de acordo quanto à validade pretendida para suas exteriorizações, ou seja, à medida que reconhecem intersubjetivamente as pretensões de validade que manifestam reciprocamente. Para fazer valer uma pretensão criticável, um falante tem de se referir com sua exteriorização a pelo menos um “mundo”; e para conclamar seu interlocutor a um posicionamento racionalmente motivado tem de recorrer à circunstância de que essa relação entre ator e mundo é fundamentalmente acessível a um julgamento objetivo (HABERMAS, 2012, p. 191).

Nesse sentido, Habermas (2012) apresenta a importância da legitimidade no processo da racionalidade, uma vez que a legitimidade das ações, seja dos indivíduos ou do Estado, só pode ser atingida por meio da ação comunicativa, ou seja, esta torna-se o meio e a legitimidade é considerada o fim do entendimento mútuo no mundo social.

Habermas (2012) apresenta a emancipação como fundamentação da sua teoria crítica da linguagem, sendo essa a maior possibilidade, chamada por ele de “arma” para que todos possam ter acesso de forma legitimada à emancipação. E reforça que a emancipação não está associada ao Estado, mas sim como uma tarefa que pertence apenas aos sujeitos sociais.

Com as ações de comunicação pautadas pela racionalidade comunicativa, abre-se um enorme espaço nas sociedades modernas para coordenar processos sociais, como por exemplo, a socialização e a integração social (NOGUEIRA, 2007). E isso permite a busca pela emancipação, objetivo esse que jamais foi esquecido por Habermas e configura-se como sua marca. Nesse sentido, para Habermas (2012) a razão pode continuar a ser um instrumento de emancipação, ou seja, por meio da racionalidade comunicativa, as vozes dos componentes da sociedade podem aparecer.

Habermas apresenta dois campos onde ocorrem as relações humanas, sendo o mundo da vida (racionalidade comunicativa) e o mundo do sistema (racionalidade instrumental), chamado pelo autor de modelo dual, ao informar que “[...]proponho que a sociedade seja concebida, ao mesmo tempo, como mundo-da-vida e como sistema” (HABERMAS, 2012b, p. 220).

Para o autor, mundo-da-vida é baseado em leis universais e na possibilidade de interação espontânea entre os sujeitos tendo como propósito a troca de informações mediada pela linguagem para o alcance do consenso entre os envolvidos. Já o mundo dos sistemas é permeado pelo poder e pela moeda, pelo mercado e pelo Estado, motivados por ações estratégicas e Almeida (2005) ressalta que o processo comunicacional é realizado com base na desigualdade, uma vez que um indivíduo possui poder sobre o outro.

Habermas (2012) reforça que essa colonização pode gerar patologias diante da intervenção de imperativos sistêmicos no desenvolvimento de culturas, na integração social e na socialização dos indivíduos e ainda ressalta que isso pode afetar consideravelmente a solidariedade social, tendo em vista as divergências geradas pela burocratização na racionalidade. Na visão do autor e na perspectiva desse projeto de tese, entende-se o quanto as patologias influenciam na forma como as pessoas agem e se organizam.

Diante de toda essa tensão existente entre mundo-da-vida e mundo do sistema, Habermas demonstra uma situação em que pode ocorrer a reconciliação da modernidade consigo mesma, sendo por meio de desenvolverem maneiras de convivência em que a autonomia do sujeito e a dependência social sejam reconciliadas e para o autor, isso pode acontecer por meio da prática da racionalidade comunicativa (HABERMAS, 2012; KELLY, 2004). Portanto, para Habermas (2012), só será possível compreender a modernidade quando encontrar soluções para as patologias da sociedade, sendo necessário colocar em prática algumas mudanças de paradigma, a saber: da racionalidade instrumental para a racionalidade comunicativa, da subjetividade para a intersubjetividade, e da razão monológica para a dialógica (FREITAG, 1993).

3. METODOLOGIA

Diante do objetivo pretendido, adotou-se a pesquisa teórica como procedimento metodológico. Oliveira (1997) afirma que esse tipo de pesquisa permite ampliar generalizações, constituir modelos teóricos e associar e reunir hipóteses e, com isso, criar novas proposições a partir da dedução lógica. De acordo com Demo (2000, p. 20), uma pesquisa teórica é "dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos".

Dessa forma, o conhecimento científico ganha importância, tendo como necessidade observar os avanços e limitações já observados nos estudos realizados dedicados ao tema. Sendo assim, uma dissertação, tese ou um trabalho científico e acadêmico devem-se realizar uma revisão de literatura (MOREIRA, 2004). Assim, de acordo com Moreira (2004, p. 22) "revisar significa olhar novamente, retomar os discursos de outros pesquisadores, mas não no sentido de visualizar somente, mas de criticar".

Diante disso, buscou-se-à em um primeiro momento, identificar a literatura relacionada, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a racionalidade comunicativa e princípios cooperativistas para, então, analisar, interpretar e selecionar o conteúdo necessário. Para isso foram pesquisados livros dos autores referidos, periódicos, relatórios de pesquisa, dissertações e teses referentes aos principais temas tratados neste trabalho.

O critério utilizado para as leituras foi estabelecido a partir de um roteiro contando, de início, com o clássico dos autores Jürgen Habermas e autores que tratam do cooperativismo, e assim prosseguiu com as interpretações e análises dos mesmos e posteriormente, a leitura de artigos, dissertações e teses. Após a leitura e desenvolvimento do referencial teórico disposto nesse trabalho, e como forma de desenvolver uma metassíntese, os princípios cooperativistas foram delimitados como categorias analíticas desse estudo que permitiram a identificação da relação existente com a teoria da ação comunicativa e, então, o estabelecimento da ação comunicativa como forma de agir nas cooperativas.

Diante disso, ressalta-se que a metassíntese, de acordo com Matheus (2009, p. 544), é definida como "integração interpretativa de achados qualitativos (derivados de estudos etnográficos, da teoria fundamentada nos dados e outros) que são a síntese interpretativa dos dados". Assim, torna-se possível confrontar, decompor, integrar e transformar, os resultados de estudos primários qualitativos, em um processo de tradução e síntese (ZOBOLI e SCHVEITZER, 2013).

Abaixo, e como forma de delimitar, seguem as categorias escolhidas para análise desse trabalho:

| CATEGORIA ANALÍTICA |
|--------------------------------------|
| 1. Adesão Voluntária e Livre |
| 2. Gestão Democrática |
| 3. Participação Econômica dos Sócios |
| 4. Autonomia e Independência |
| 5. Educação, Formação e Informação |
| 6. Intercooperação |

4. RESULTADOS E ANÁLISE: AÇÃO COMUNICATIVA COMO FORMA DE AÇÃO NAS COOPERATIVAS

Machado de Melo et al. (2007) afirmam que ao se entenderem entre si, os participantes da ação comunicativa reproduzem e modificam a cultura, pois coordenam de forma linguística a ação; reproduzem lealdades por incorporar valores sociais; e desenvolvem habilidades. Sendo assim, a ação comunicativa tem as funções de reproduzir a cultura (reproduzir e renovar o saber válido); de garantir integração social e produzir a solidariedade e, portanto, a estabilidade das ordens sociais; e promover, com isso, os processos de socialização ao formar sujeitos capazes da fala e da ação. Sendo assim, os princípios cooperativistas corroboram para a afirmação de que a racionalidade comunicativa pode ser utilizada para analisar e compreender as ações cooperativistas.

O resultado da compreensão dos princípios cooperativistas e da teoria da ação comunicativa demonstram que a racionalidade comunicativa é a forma de ação que mais se aproxima das organizações cooperativas. Nesse sentido Drumond (2010) ressalta que as cooperativas precisam se adaptar a um mercado mais competitivo e agir em busca de uma qualidade para sua produção. Esse cenário é considerado desafiador para as cooperativas, porque essas devem ser movidas com base nos princípios cooperativistas e, principalmente, na gestão democrática.

Mesmo com essa prática instrumental presente nas cooperativas, Habermas (2012) ao propor a racionalidade comunicativa, permite que essas, mesmo em um ambiente mais competitivo, hajam de acordo com os princípios advindos de Rochdale, e de acordo com a prática democrática.

Talvez a ideia dos princípios esteja para alguns longe da realidade, mas para outros seria o desafio de buscar, mesmo com dificuldades, a sua incorporação na sociedade brasileira, agregando a eles a evolução do pensamento social para melhorar a organização da sociedade. (BRAGA et al., 2002, p. 14)

Drumond (2011) espera que as organizações cooperativistas possuem relações de trabalho democráticas e igualitárias, com a importância da participação efetiva dos cooperados na gestão da cooperativa. Siebeneicher (1989) compreende que o argumento de Habermas é de que a razão deve ser pautada pela relação sujeito-sujeito e não mais pela perspectiva de que o sujeito é capaz de dominar o mundo e subjugar e dispor dos outros. Assim, a razão é tida como processual e comunicativa, ou seja, a razão proposta por Habermas é consolidada pela intersubjetividade entre os sujeitos. Diante disso, as práticas democráticas e participativas na cooperativa podem ser realizadas com base na comunicação e na integração entre os associados e não em uma relação de dominação.

Schneider (1991) afirma que os princípios não devem ser abordados e seguidos de forma irracional, arbitrária ou sem reflexão da realidade da cooperativa, mas sim, em uma perspectiva dinâmica e flexível que faça com que a organização permaneça com sua lógica cooperativa. Essa visão de Schneider (1991) pode ser alcançada nas cooperativas por meio da linguagem, do processo comunicacional que Habermas aborda. Para o autor, é pela linguagem que as fronteiras do mundo podem ser transformadas em permeáveis. Além disso, a busca pela emancipação se concretiza justamente no entendimento mútuo e no livre entendimento do indivíduo com ele mesmo (HABERMAS, 1990).

Sem negar a importância de todos os princípios, e considerando que não existe uma hierarquia entre os princípios, porém, a estrutura organizacional das sociedades cooperativas possibilita a democratização da gestão através da participação dos sócios na administração e fiscalização do empreendimento. Assim, o grande mérito das sociedades cooperativas está no seu caráter democrático e,

em sua essência, consiste na aplicação do princípio de gestão democrática (DRUMOND, 2011, p. 49).

O princípio gestão democrática é tido como o que mais encontra elementos congruentes com a proposta da racionalidade comunicativa de Habermas (2012). Drumond (2010) relata muito bem como a ação comunicativa se desenvolve na gestão de uma cooperativa. Segundo a autora, a gestão democrática tem como premissa a participação e o alto grau de envolvimento dos cooperados com a gestão, ou seja, em uma cooperativa os cooperados dividem as responsabilidades, participam do estabelecimento de metas e tomam decisões. Assim, prevalece a discussão de ideias, o respeito pela opinião alheia e a aceitação das vivências dos outros cooperados, sendo tudo mediado por um diálogo franco e aberto.

Drumond (2010, p. 65) apresenta como a participação dos membros no processo decisório é realmente muito importante para a sobrevivência da cooperativa. Assim, a comunicação e a interação entre os associados são de extrema relevância para que as decisões sejam tomadas de forma democrática.

Nas cooperativas, o elemento essencial para a consecução de seus fins é a colaboração constante do sócio na vida da cooperativa. A sobrevivência da cooperativa apresenta uma relação direta com a efetiva participação dos seus cooperados nos processos de decisão, para que sejam alcançados os objetivos estabelecidos por eles próprios como razão da existência da entidade. No centro da cooperativa está a pessoa do sócio; mesmo que seja importante a presença de capital no empreendimento, este, por si só, não é suficiente. Mais importante é a pessoa do associado, sem cuja participação os negócios não têm, por sua própria estrutura, condições de viabilidade ou sobrevivência.

De acordo com Crúzio (2000), ao participar das assembleias, os associados devem conhecer seus direitos e deveres, participar das decisões a serem tomadas, conhecer o estatuto, denunciar qualquer irregularidade presenciada, sugerir melhorias, dentre outros. Isso demonstra mais uma vez que o indivíduo, participante de uma cooperativa, deve ser um sujeito portador de uma visão crítica e não apenas ser um indivíduo portador de um voto.

Marques (2009), em concordância com a ação comunicativa de Habermas, afirma que o diálogo exerce um papel importante por permitir aos participantes diferentes pontos de vista do debate com o objetivo de que esses se coloquem sempre no lugar dos outros que estão em discussão e daqueles que não puderam ou não tiveram oportunidade de estar. De acordo com a autora, o diálogo, para que aconteça de fato, deve assegurar a liberdade e igualdade entre os indivíduos e deve permitir que os argumentos racionais sejam sustentados, tendo os indivíduos a possibilidade de convencer os outros e serem convencidos na busca pelo consenso.

O princípio de adesão livre e voluntária já aborda no próprio nome a ideia de que os indivíduos são seres livres e que a prática voluntária está inserida também na participação inicial dos membros da cooperativa.

De acordo com Schneider (1991, p. 87), a adesão livre é encarada como “um pressuposto básico para o exercício da democracia cooperativa”, demonstrando que nenhum sujeito é obrigado a fazer parte de uma cooperativa, ou seja, não é permitida nenhuma forma de coagir o indivíduo a participar. Em relação à prática voluntária, o autor afirma que o indivíduo permite ingressar na cooperativa por vontade pessoal e não forçado, uma vez que, quando se faz parte de uma cooperativa, subentende-se que o indivíduo conheça as regras e que esteja disposto a realizar uma atividade econômica de forma coletiva.

O princípio “adesão livre e voluntária” não possui uma relação tão próxima com os pressupostos da racionalidade comunicativa como os outros princípios, mas ao analisá-lo, podemos perceber que a coerção não é uma prática permitida na cooperativa, nem

mesmo na participação dos processos decisórios, muito menos, no primeiro contato do sujeito com a cooperativa. Assim, o indivíduo não deve ser forçado a fazer parte de uma cooperativa, sendo necessário o respeito à opinião do outro em relação às suas necessidades. Habermas (2002) deixa clara a necessidade de respeitar o indivíduo, pois, segundo o autor, o que se resulta de uma ameaça não pode ser considerado um acordo, pois, uma intervenção forçada é contrária à comunicação que promove ligações e convicções.

De acordo com a International Co-operative Alliance (2017), o princípio “participação econômica dos membros” é compreendido como:

Os membros contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Uma parte desse capital é propriedade comum das cooperativas e os sócios recebem compensações limitadas, quando houver, sobre o capital, como condição da sociedade. Os membros destinam as sobras aos seguintes objetivos: desenvolvimento das cooperativas, por meio da formação de reservas, parte destas podendo ser indivisível; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios. (ICA, 2017 [s/p] trad. nossa).

Diante dessa característica econômica da cooperativa, esta demonstra, de fato, como a lógica instrumental e financeira não deve reger as ações dos cooperados, uma vez que os benefícios gerados e as perdas são coletivas, ou seja, se a cooperativa conseguir um resultado econômico positivo, todos serão beneficiados, porém, caso ocorra um resultado negativo, os cooperados serão também responsáveis por isso. Com base na relação econômica coletiva, isto implica que os membros ajam sempre de forma conjunta e que se preocupem para que, cada vez mais, as ações coletivas sejam realizadas com base nos princípios, para que a cooperação seja alcançada e, conseqüentemente, para que resultados positivos sejam obtidos.

O princípio participação econômica dos membros implica também a necessidade da comunicação e interação entre os indivíduos, pois, esses precisam trabalhar de forma conjunta para alcançarem o objetivo econômico da cooperativa. Assim, a ação comunicativa deve permear tanto as decisões de caráter administrativo, mas também de caráter econômico. Compreende-se, portanto, que a comunicação e o diálogo proposto por Habermas (2012) colaboram na busca pela participação econômica dos membros, pois quanto mais conhecimento e esclarecimento sobre a economia e finanças da cooperativa, melhor.

O princípio “Autonomia e Independência” possibilita as cooperativas o poder de conduzir suas próprias ações. De acordo com a ICS (2017, [s/p], tradução nossa):

As cooperativas são organizações autônomas, que se sustentam e que são controladas pelos seus membros. Se eles firmarem acordos com outras organizações, incluindo os governos, ou levantar capital de fontes externas, fazem isso de modo a assegurar o controle democrático pelos seus membros e a autonomia e da cooperativa.

Esse princípio não apresenta uma relação direta com os pressupostos da racionalidade comunicativa, mas por apresentar uma relação direta com o princípio “Gestão democrática” optou-se por apresentar seu conceito e sua relação com a democracia das cooperativas. Nesse sentido, espera-se que as cooperativas busquem uma democracia deliberativa e não apenas representativa, em que os membros apenas votam e não opinam sobre as discussões e a realidade vivenciada na organização.

Já o princípio “Educação, Treinamento e Informação” sem dúvida alguma converge muito com a proposta de Habermas (2012). Com base no ICA (2017):

As cooperativas oferecem educação e treinamento para seus membros, representantes eleitos, gerentes e funcionários para que possam

contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Eles informam o público em geral - especialmente os jovens e os líderes de opinião - sobre a natureza e os benefícios da cooperação. (ICA, 2017, [s/p.] tradução nossa).

Bertuol, Cançado e Souza (2012) apresentam a importância desse princípio para a cooperativa, pois a educação gera uma condição para um crescimento continuado da cooperativa e do cooperativismo. Para os autores, é necessário que os cooperados entendam, de fato, o que é uma cooperativa como empreendimento, e como tirar benefícios disso e colaborar com o restante dos membros. Schneider (1999) colabora com essa relevância ao afirmar que a educação promove a transformação do perfil associado de desinteressado, desinformado, não participativo e competitivo, em um indivíduo que compartilha decisões, conhece sua organização, participa das decisões e coopera com os associados e com a cooperativa como um todo.

Essa percepção dos autores em relação ao princípio nada mais é do que a necessidade que Habermas (2012) apresenta em sua teoria sobre a importância de tornar o indivíduo portador do conhecimento e da realidade em que está inserido, para que este possa tornar-se um indivíduo com uma capacidade crítica.

Assim, os processos educativos na cooperativa devem ser embasados por uma comunicação frequente entre os associados, por uma relação próxima entre ambos e por uma prática discursiva que incite muito mais que boas decisões, mas que também se transforme em práticas diárias na cooperativa no sentido de formar uma opinião comum, capaz de influenciar as decisões do Conselho de Administração. Machado de Melo et al (2007) corroboram com essa ideia ao compreenderem que a interação entre sujeitos baseada na linguagem, quando compartilhada pelos participantes, formam uma situação em que o entendimento mútuo pode ser alcançado, proporcionando relações intersubjetivas que possibilitam ações coletivas e coordenadas cooperativamente.

Mendes e Passador (2010) também ressaltam a importância da educação cooperativista. Tendo em vista a integração social e a participação que tal educação promove nos associados, ela possibilita e incentiva que eles intervenham de forma crítica na gestão da cooperativa. Assim, isso nada mais é do que a capacidade reflexiva, crítica e justificável que Habermas (2012) apresenta na teoria da ação comunicativa ao afirmar que os indivíduos, ao se comunicarem em busca de um entendimento mútuo, tornam-se seres críticos. Schneider (2003) sintetiza essa relevância ao afirmar que a educação possui a capacidade de promover a reflexão, a discussão e a ação dos envolvidos de forma gradual e contínua com o intuito de despertar neles o interesse pela participação e, assim, transformá-los em agentes do próprio desenvolvimento.

O princípio “Intercooperação”, de acordo com Crúzio (2000), permite a união de representantes de um mesmo segmento para a troca de informações e experiências em relação à produção e comercialização de produtos, por meio de parcerias. Esse princípio é muito importante para a cooperativa, principalmente, por buscar uma relação de reciprocidade entre as cooperativas. A intercooperação entre cooperativas pode ser estabelecida pelas relações comunicativas entre elas, fundamentando-se na ação comunicativa de Habermas.

A “Preocupação com a comunidade” é também um princípio cooperativista que está relacionado com a construção do bem comum. Esse princípio também possui uma relação muito próxima com a gestão democrática, uma vez que necessita da participação nas decisões de políticas públicas da cooperativa.

Esse princípio propõe direitos iguais aos benefícios gerados pela economia da organização, independente de condição econômica, social e política de cada membro, seja internamente ou externamente à cooperativa (CRÚZIO, 2000). Assim, esse se remete a gestão democrática e também propõe o tratamento igualitário de todos os envolvidos em uma determinada situação, como proposto por Habermas (2012) ao afirmar que todos têm

direito à fala, sem que ocorra nenhum tipo de coerção ou relação de poder nos processos de comunicação.

Pereira (2008, p. 122) compreende que a gestão de uma cooperativa deve ser embasada sempre por uma participação ativa dos membros, e o gestor de uma cooperativa deve ser um mediador de todas as decisões tomadas pelos associados. Assim, para o referido autor o gestor deve conhecer as necessidades, os desejos e os sonhos de seus associados e construir, de forma conjunto, o futuro da cooperativa. Assim, ressalta: “Não basta ao gestor de cooperativas saber planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos de que dispõe a organização, ele deve saber e ter competência para utilizar métodos participativos de diagnóstico, de planejamento, de organização, de controle e de avaliação”.

Com isso, Pereira (2009) também lança o desafio para a atuação de um gestor de cooperativas: como é possível transformar a prática gerencial hierarquizada, reiterativa, antirreflexiva, em uma prática gerencial, democrática, criativa e reflexiva? Como superar o a ideia de que as decisões nas cooperativas são lentas e nada eficientes? (PEREIRA, 2009, p. 122). A racionalidade comunicativa pode ser a saída.

Com isso, pode-se demonstrar que a racionalidade comunicativa pode mediar as ações coletivas nas cooperativas, e isso pode ser reforçado pela análise que foi feita nesse trabalho em cada princípio, apresentando como esses carregam pressupostos da racionalidade comunicativa. Assim, procurou-se demonstrar como as ações podem ser embasadas pela racionalidade comunicativa e como as cooperativas podem ser compreendidas por meio de uma racionalidade que possibilita uma maior relação entre os sujeitos, uma comunicação que incita a participação nas decisões e uma racionalidade que permita, a todo o momento, o princípio maior das cooperativas, a cooperação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos princípios cooperativistas, Cançado e Cançado (2009) afirmam que os princípios básicos expostos no estatuto de Rochdale fazem com que a organização cooperativa seja diferente das empresas. Estes princípios não se transformaram para aproximar as cooperativas das organizações mercantis, mas sim para demonstrar ainda mais as diferenças entre elas. Com isso, as cooperativas devem ser embasadas por uma racionalidade que preze pelos interesses coletivos, pelo diálogo, por uma comunicação sem coerção e em busca de um entendimento e de uma reflexão crítica por parte dos envolvidos, para que esses se tornem cooperados emancipados e críticos da sua realidade.

O estudo realizado por Machado (2017) destaca que a racionalidade mais adequada para analisar a gestão de cooperativas é a comunicativa, porque se dá baseada em um diálogo entre atores sociais, mediada pela linguagem, em que ações comunicativas possibilitam um consenso motivado e racional. Assim, Habermas (2012), ao propor a racionalidade comunicativa, já a atribui a organizações que possuem um elo coletivo, interesse público, e por isso, a cooperativa seria melhor conduzida, ou então, seria conduzida de uma forma mais adequada aos princípios cooperativistas, caso fosse analisada por uma perspectiva mais coletiva, mais participativa e mais democrática, sendo assim, a racionalidade comunicativa tende a ser uma ação mais adequada às cooperativas e as ações dos indivíduos na mesma.

Dessa forma, cooperação e comunicação são consideradas essenciais para que relações construtivas sejam desenvolvidas dentro de uma cooperativa, justificadas por suas características particulares, ou seja, a comunicação é primordial na gestão cooperativa e esta deveria priorizá-la para que a interação entre os cooperados e a participação sejam eficientes e que estes se sintam pertencentes ao processo decisório (PINHEIRO e SILVA, 2010).

Por meio dos princípios cooperativistas instituídos pela *International Co-operative Alliance* e da relação desenvolvida com os pressupostos da teoria da

racionalidade comunicativa de Habermas fica evidente que a ação comunicativa se torna uma possibilidade real e significativa para que os cooperados tomem decisões baseadas em um objetivo comum e consigam atuar de forma solidária e cooperativa. Dentre os princípios instituídos, alguns se destacam e mereceram atenção nesse estudo, uma vez que se relacionam claramente com os pressupostos da ação comunicativa, como: gestão democrática, autonomia e independência, educação, treinamento e informação. Já os outros princípios se relacionam com a racionalidade comunicativa de forma indireta, porém impacta totalmente nas decisões e ações pautadas pela comunicação e entendimento.

Ademais, ao realizar essa relação entre princípios cooperativistas e racionalidade comunicativa, chega-se a um ponto extremamente importante e necessário para que as cooperativas possam conduzir suas ações baseadas na solidariedade e que possam proporcionar aos seus cooperados uma vida digna, a saber: a emancipação. Habermas (2012) ressalta em seus estudos que a racionalidade comunicativa permite a emancipação dos indivíduos e nesse caso, converge totalmente com um dos objetivos do cooperativismo, ou seja, a possibilidade de que seus cooperados, bem como a cooperativa, tornam-se emancipados. Para Habermas (2012) a razão pode continuar a ser um instrumento de emancipação, ou seja, por meio da racionalidade comunicativa, as vozes dos componentes da sociedade podem aparecer.

Diante disso, propõe-se que novos estudos sejam realizados de forma a observarem, na prática, como a ação comunicativa pode se fazer presente nas cooperativas por meio dos princípios cooperativistas. Trabalhos empíricos poderão complementar, confirmar e/ou complementar nosso estudo teórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. A. B. Empresa e qualidade de vida, novos rumos e desafios. **IN: GONÇALVES, A. et al. (Orgs.) Gestão de qualidade de vida na empresa.** Campinas, Ipes Editorial, p.71-83, 2005.
- ANDREWS, C. W. **Emancipação e legitimidade:** uma introdução à obra de Jürgen Habermas. São Paulo: Unifesp, 2011.
- ARAÚJO, E. A. T.; SILVA, W. A. C. Cooperativas de crédito: a evolução dos principais sistemas brasileiros com um enfoque em indicadores econômico-financeiro. **Contextus-Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 1, p. 117-126, 2011.
- CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. Princípios Cooperativistas: origens, evolução e influência na legislação brasileira. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO, 2004, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo, 2004.
- CANÇADO, A. C.; JÚNIR, J. T. S.; RIGO, A. S. Princípio da preocupação com a comunidade ou responsabilidade social para cooperativas? Uma abordagem baseada na Teoria da Dívida. In: Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: EBPC, 2010.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; CARVA, F. G. **Gestão Social:** epistemologia de um paradigma. Curitiba: CRV, 2013.
- CANÇADO, A. C.; VIEIRA, N. S. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular: entendendo e discutindo as diferenças entre cooperativas tradicionais e populares. **Bahia Analise & Dados**, n. 23, p. 23-40, 2013.
- CASTANHEIRA, M. E. M. **Ação coletiva no espaço organizacional de cooperativas populares.** 2008. 75 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2008.
- COHN, G. A teoria da Ação Comunicativa em Habermas. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **Teoria da Ação em Debate.** São Paulo: Cortez, FAPESP, PUC, 1993. p. 63-75.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.
- DRUMOND, V. R. S. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: EBPC, 2010.

GUERRA, A. C. **Gestão de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: uma análise comparativa**. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2008.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **O conceito de poder em Hannah Arendt**. In: FREITAG, B.; ROUANET, S. P (Orgs). Habermas. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993. p. 100-118.

_____. **Teoria do Agir Comunicativo**. Sobre a crítica da razão funcionalista. (Trad.) SIEBENEICHLER, F. B. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

KELLY, T. Unlocking the iron cage: public administration in the deliberative democratic theory of Jürgen Habermas. **Administration & Society**, v. 36, n. 1, p. 38-61, 2004.

KOURY, M. G. P. Jürgen Habermas e a teoria do agir comunicativo: breve notas introdutórias. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 40, p. 27-35, abril de 2015.

MACHADO DE MELO, M. A.; OLIVEIRA, P. S. M.; LEMOS, S. M. A.; CHAVES, A. B.; PINTO, L. M. N. A violência rompendo interações. As interações superando a violência. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v. 7, n. 1, p. 89-98, 2007.

MARQUES, A. C. S. (Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MATHEUS, M. C. C. Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contribuições para a prática baseada em evidências. **Acta Paul Enferm.** v. 22, p. 543-545, 2009.

MAURER JR, T. H. **O cooperativismo uma economia humana**. São Paulo: Metodista, 1966.

MENDES, M. M.; PASSADOR, C. S. Educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados: verdades incertas. In: Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília DF: EBPC, 2010.

MONTEIRO, E. S. R. B.; CANÇADO, A. C.; OLIVEIRA, V. A. R.; RIGO, A. S. Prática dos Princípios Cooperativistas: um estudo de caso na Cooperativa Adalza Moniz em Cabo Verde. In: Encontro Nacional Dos Pesquisadores Em Gestão Social, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras, MG, 2010.

MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção**. Janus, Lorena, v. 1, n. 1., 2004.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE AUTOGESTÃO, 2003, Joinville. **Anais...** Joinville SC, 2003.

PINHEIRO, S. F. C.; SILVA, T. C. Desafios da Gestão das Cooperativas de Consumo: Estudo de Caso. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2010. **Anais...** Brasília DF: EBPC, 2010.

PINTO, J. M. R. **Administração e Liberdade: Um estudo do Conselho de Escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas**. 181 p. Tese (Doutorado em Administração) - Campinas, Faculdade de Educação/UNICAMP, 1994.

PINZANI, A. **Habermas**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 200 p.

SALES, J. E. **Cooperativismo: Origens e Evolução**. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia, n. 1, jan./jun. 2010.

RODRIGUES, J. P. O projeto da modernidade segundo Habermas. **Griot – Revista de Filosofia**, v. 10, n. 2, p. 189-204, 2014.

SAPOVICIS, R. T.; SOUZA, M. T. S. Gestão social e democrática em cooperativas de trabalho: um estudo de caso na cooperdata processamento de dados. In: ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba, PR: ANPAD, 2004.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

_____. **Tem razão a administração?** Ensaio de teoria organizacional. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

ZOBOLI, E. L. C. P.; SCHVEITZER, M. C. Valores da enfermagem como prática social: uma metassíntese qualitativa. **Revista Latino-Am. Enfermagem**, v. 21, n. 3, 2013.

ZWICK, E. **Fundamentos teóricos de gestão de cooperativas**. 2011. 160 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.